

## MEMÓRIAS (NÃO) HEGEMÔNICAS E INTERAÇÕES CULTURAIS NO CORDEL DO BRASIL

Maria Isaura Rodrigues Pinto (FFP- UERJ)

O papel do historiador é justamente tentar “desnaturalizar” as construções da memória oficial, desconfiar das narrativas triunfantes e conciliadoras e buscar revelar, mesmo à custa de algum mal-estar, as redes de poder, as relações de imposição, os processos de ocultamento e com isso trazer à tona toda a dimensão política dos processos de construção e divulgação das memórias sociais (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p.9).

Embora a epígrafe utilizada faça referência ao âmbito da história, mostra-se adequada para ressaltar questões da esfera do literário das quais este trabalho pretende se ocupar, já que se tem aqui o propósito de, levando em conta o contexto das relações econômicas e de poder da sociedade colonial em que a literatura de cordel foi formada, refletir sobre essa produção artística como lugar de memória social atravessada por ecos de uma memória oficial (que tem como referência a cultura do colonizador) e de outras memórias não hegemônicas (sobretudo, as das culturas indígenas, africanas e de colonos/imigrantes pobres), as quais conservam e transmitem lembranças de práticas discursivas desprestigiadas e silenciadas pelos discursos oficiais e pelas representações dominantes, o que é, em síntese, desenvolver uma reflexão teórica que dá a ver questões ideológicas inerentes à memória construída e divulgada pelo discurso instituído.

### **O conceito de “memória social”**

Segundo Jô Gondar e Vera Dodebei (2005), a formulação de um conceito de “memória social” é uma tarefa complexa. Nesse sentido, ao fazerem a apresentação do livro *O que é memória social?*, esclarecem que a interrogação presente no seu título “ênfatiza o problema mais do que sua solução”, contudo, como frisam, isso não impede que os autores da publicação busquem encontrar respostas para a indagação

38 apresentada. Na coletânea, os moldes clássicos de conceituação da memória social, “sob  
39 uma forma simples, imóvel e unívoca”, dão lugar a “um conceito complexo, inacabado,  
40 em permanente processo”. Esse é o pressuposto geral que fundamenta a obra e justifica  
41 o nome que lhe foi atribuído. A diretriz adotada é a de problematização do território  
42 aberto do qual emergem os conceitos, o que leva a ver a memória “inserida em um  
43 campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre memória  
44 e esquecimento” (2005, p.7).

45 Em conformidade com essa ideia, no artigo “Memória social: solidariedade  
46 orgânica e disputa de sentidos”, que integra a produção mencionada, Nilson Alves  
47 Moraes, afirma:

48 Importa para a compreensão do campo da memória social, que ela –  
49 ao contrário do que foi proposto pelo pensamento dos “fundadores do  
50 campo”, como Halbwachs e Bergson – não é um espaço ou produtor  
51 de relações societárias solidárias, estáveis e imutáveis. A memória  
52 social é um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos  
53 em que a mobilização e a circulação dos discursos e representações  
54 são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes (2005,  
55 p.92).  
56

57 Convém sublinhar, ainda na esteira de Gondar, que a concepção de memória  
58 enquanto construção social é recente. Alinhada aos pressupostos da modernidade, tem  
59 início no século XIX, quando o interesse da ciência e da filosofia – abrindo mão de uma  
60 referência de tempo caracterizada por uma dimensão infinita, presa à ideia de eternidade  
61 divina – centra-se na categoria de sujeito com sua finitude, seus limites e seus valores  
62 sociais (2005, p.19). Com efeito, a compreensão do tempo como finito puxou as  
63 reflexões sobre a memória para a consideração de fatores sociais. Gondar chama a  
64 atenção para o fato de que “A partir desse período, encontramos autores que privilegiam  
65 a dimensão processual dessa construção, enquanto outros enfatizam o que a construção  
66 foi capaz de realizar” (2005, p.21). Nesse sentido, coloca que Maurice Halbwachs,  
67 responsável pela fundação oficial da disciplina, em *A memória coletiva* (1997), é  
68 partidário da última posição, visto que deixa de lado as condições processuais da  
69 produção da memória. Em seus próprios termos:

70 não trabalha as relações de afrontamento entre os diversos caminhos e  
71 na geração de cada um deles [...], importando mais a integração das  
72 diferenças que seu confronto, mais o construído que os embates e as  
73 instabilidades da construção (2005, p. 21).

74

75 No final do século XIX e início do século XX, por meio da contribuição de  
76 vários autores, entre eles Friedrich Nietzsche, Henri Bergson e Sigmund Freud, o  
77 caráter processual da memória ganha ênfase. Nos debates hoje em curso, embora não se  
78 possa chegar a uma conceituação taxativa, a concepção de memória, em geral,  
79 pressupõe um processo resultante de jogos de forças envolvendo disputas pela  
80 imposição de interesses que se alteram na busca do engendramento de legitimidades  
81 alicerçantes das diferentes formas de conservação e transformação que estruturam o  
82 mundo ( 2005, p. 21). Não há, portanto, uma única e verdadeira memória, bem como  
83 não existem memórias imparciais. Toda memória é produzida dentro de uma dada  
84 perspectiva, implicando uma tomada de posição, uma escolha de ponto de vista, juízos  
85 de valor e seleções de fatos que serão lembrados ou esquecidos. Por essas razões, a  
86 memória assume, reconhecidamente, um caráter político, histórico e sociocultural.

87 Nesse sentido, Jacques Le Goff, no seu livro *História e memória*, chama atenção  
88 para o fato de que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das  
89 grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as  
90 sociedades históricas” (apud MORAES, 2005, p. 94). A memória pode ser pensada,  
91 portanto, como espaço de disputa entre atores sociais que estão envolvidos na  
92 recuperação e no registro de acontecimentos do passado. No interior dessa disputa, são  
93 estabelecidos mecanismos de reconstrução da memória, que engendram formas de  
94 lembrar e esquecer, colocadas a serviço da elaboração intencional de representações do  
95 passado recuperado.

96 Em consonância com esses fatores, definidores da natureza ideológica da  
97 memória, Nilson Alves de Moraes ressalta uma distinção significativa que reflete uma  
98 realidade de natureza político-social em relação ao registro das memórias:

99 Há de um lado, uma memória oficial que atua no sentido de  
100 viabilizar a manutenção das estruturas sociais, que seleciona,  
101 ordena e classifica fatos, segundo critérios próprios, e se  
102 constrói considerando ou não silêncios, sombras, esquecimentos,  
103 repressões e estratégias de exclusão. De outro, há várias  
104 memórias subterrâneas que, empenhadas em viabilizar as  
105 mudanças reclamadas pela sociedade, transmitem, conservam e  
106 produzem lembranças e comportamentos proibidos,  
107 desqualificados ou ignorados pelos discursos e pelas  
108 representações predominantes (2005, p.98).  
109

## 110 Memória e discurso

111

112

113

114 Um aspecto, que merece ressalva (ligado ao fato de a memória como obra  
115 humana se manifestar num espaço de disputa) é o de que sua produção implica práticas  
116 discursivas para a transmissão e veiculação dos sentidos ideologicamente produzidos.  
117 Existe, portanto, uma relação muito estreita entre memória e discurso. A exteriorização  
118 da memória, convertida em discurso, acontece no âmbito de vários tipos linguagens, por  
119 exemplo, a fílmica, a jornalística, a da crítica literária. Observe-se, nesse sentido, o que  
120 diz Jöel Candau, em *Anthropologie de mémoire*:

121

122

123

124

125

126

127

É evidente que foi a linguagem que, originariamente, permitiu essa  
exteriorização da memória humana e que, por isso, deve ser  
considerada como sua primeira extensão. Os etnotextos e a literatura  
oral constituem seus principais arquivos (apud OLIVEIRA; ORRICO,  
2005, p. 85).

128

129

130

131

Nesta pesquisa, o enfoque da articulação entre memória e discurso será firmado  
a partir do exame de um *corpus* constituído pela fala de uma dada crítica sobre a  
literatura de cordel (tida como discurso memorial), destacando-se na análise a dimensão  
ideológica da ideia de “filiação”. Esse é o eixo que mobiliza este estudo.

132

133

134

135

136

137

138

Nas palavras de vários pesquisadores de literatura de cordel, uma das questões  
que se apresenta, frequentemente, é a indicação de que a “origem” do cordel estaria em  
terras lusitanas. Aqui convém ressaltar que, embora em escala reduzida, há  
pesquisadores contrários a esse modo de ver. A adoção do mito originário pode ser  
considerada como uma espécie de busca de uma raiz nobre para dar credibilidade ao  
marginalizado, ou seja, para atribuir valor a uma produção literária que ainda não  
recebeu o justo reconhecimento.

139

140

141

142

143

No bojo dessa filiação, aloja-se a concepção de tempo como origem, expressa  
na noção de existência de uma matriz ou um texto fonte. Assim é que constam, com  
frequência, nas obras, as palavras *matriz*, *origem*, *raiz*, *herança*, *fonte* e outras similares,  
como mostram as citações a seguir, a par de tantas outras que poderiam ser  
apresentadas:

144

145

146

147

148

A presença da literatura de cordel no Nordeste tem raízes lusitanas;  
veio-nos com o romancelheiro peninsular, e possivelmente começam  
esses romances a ser divulgados, entre nós, já no século XVI, ou, no  
mais tardar, no XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens  
(DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p. 5).

149 Tem-se atribuído às “folhas volantes” lusitanas a origem da nossa  
150 literatura de cordel. Diga-se de passagem, e antes de mais nada, que o  
151 próprio nome que a consagrou entre nós também é usual em Portugal  
152 (PROENÇA, 1977, p. 30).  
153

154  
155 Sua origem remonta às folhas volantes e aos manuscritos portugueses  
156 que, desde os fins do século XVI, percorrem o Nordeste brasileiro  
157 (LONDRES, 1983, p. 29).  
158

159 As palavras da crítica corroboram postulados de anterioridade, no sentido de  
160 fundamento originário e, com isso, reduzem, em maior ou menor grau, o cordel  
161 brasileiro à condição de imitação de um texto tutor, reforçando valores etnocêntricos e a  
162 fatores de dependência cultural.

163 Em face desse quadro, vale examinar que a aludida atuação dos críticos –  
164 vinculada a um modo de pensar a cultura, que consolida um discurso memorial  
165 hegemônico – representaria, em suma, com a reiteração de seu discurso sobre o passado,  
166 uma forma de atuação que os coloca na condição de “senhores da memória e do  
167 esquecimento” (para usar uma expressão de Le Goff).

168 Alinhada a uma ideologia de permanência, a crítica concebe, em geral, a relação  
169 entre as produções de cordel do Brasil e de Portugal dentro de uma espécie de ótica  
170 mítica de cordialidade (na tradição de Gilberto Freyre), o que lhe empresta uma  
171 coerência superficial, encobridora de confrontos. Para tanto, voltada para a afirmação de  
172 valores essencialistas, celebra as aproximações entre as duas produções e  
173 naturaliza/neutraliza as diferenças e os inevitáveis conflitos étnico-históricos, gerando  
174 efeitos de esquecimento/silenciamento de fatores e circunstâncias de apropriação de  
175 elementos de outras culturas – sobretudo as das comunidades indígenas, africanas e de  
176 colonos/emigrantes pobres, historicamente desprestigiadas –, com os quais o cordel do  
177 Brasil também interage.

178 Constata-se a presença de uma perspectiva crítica que busca dar contornos  
179 indisfarçáveis de homogeneidade ao que é diverso, híbrido, furtando-se a um  
180 confronto com as múltiplas raízes culturais. Assim, essa produção não é analisada  
181 dentro do contexto das relações econômicas e de poder da sociedade colonial, como  
182 evento plural.

183           Impera nesse discurso memorial a noção de que o curso da história tem um  
184 sentido e de que os países ditos “desenvolvidos”, por possuírem a primazia cultural,  
185 tomam a direção desse curso, estão na frente, nesse caso, a cultura do colonizado é  
186 colocada na condição de defasagem e subalternidade. Não se considera que o  
187 conhecimento se re(faz) permanente nas relações agonísticas (nos termos de uma  
188 negociação, ao invés de negação) entre instâncias discursivas contraditórias e  
189 oposicionais (BHABHA, 2007). Nesse caso, os lugares de memória não são pensados  
190 no *durante*, nas relações de confronto. Os embates e as instabilidades que entram  
191 na construção da memória social do cordel brasileiro são invisibilizadas por uma visão  
192 monocultural excludente.

193

#### 194 **Para finalizar**

195           Fica, portanto, como proposta para pesquisas futuras, uma análise mais  
196 minuciosa dessa memória plural que perpassa o cordel brasileiro, a fim de  
197 desnaturalizar um preconceito e uma visão redutora dele derivada. Observa-se, nesse  
198 sentido, a necessidade de encontrar caminhos para a elaboração de estudos inclusivos,  
199 em que os grupos minoritários possam ver resgatados seu papel histórico e cultural no  
200 contexto dessa literatura.

201           Para uma melhor compreensão da literatura de cordel do Brasil, as vias da  
202 memória que precisam ser descortinas e discutidas são as da contramemória que resiste  
203 às formas de poder da memória hegemônica. Trata-se de uma memória que se projeta  
204 para o futuro, pois irrompe como criatividade subversiva em um contexto em que  
205 interagem populações culturalmente distintas e historicamente ligadas.

206

#### 207 **Referências**

208

- 209 ARAÚJO, Maria Paula; FERNANDES, Tania Maria. O diálogo da história oral com a  
210 historiografia contemporânea. In: VICARDI, Cláudia M. R.; DELGADO, Lucília de A.  
211 Neves. *História oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- 212 HABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- 213 DELGADO, Lucília de A. Neves. *História oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de  
214 Fora: Ed. UFJF, 2006.

- 215 DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. “Características dos ciclos temáticos”. In: *Literatura*  
216 *popular em verso: estudos*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura /  
217 Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973, tomo I, pp.24-329.
- 218 GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra  
219 Capa Livraria, 2005.
- 220 LONDRES, Maria José F. *Cordel, do encantamento às histórias de luta*. São Paulo:  
221 Duas Cidades, 1983.
- 222 MORAES, Nilson Alves. “Memória social; solidariedade orgânica e disputa de  
223 sentidos”. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.) *O que é memória social?* Rio de  
224 Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- 225 OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. “Memória e  
226 discurso: um diálogo promissor”. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.) *O que é*  
227 *memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- 228 PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *A ideologia do cordel*. Rio de Janeiro: Brasília, 1977.
- 229 SOUSA SANTOS, Boaventura. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia  
230 das emergências”. In: *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo:  
231 Cortez, 2004.